

Gênero e proteção social na África Subsaariana: uma avaliação geral da concepção programática

Raquel Tebaldi, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

1 Introdução

Na última década, um número cada vez maior de países em desenvolvimento começou a implementar programas de proteção social, com o objetivo, entre outros, de contribuir para a erradicação da pobreza. Na África, em particular, tem havido um crescimento impressionante do número de programas não contributivos voltados para famílias e indivíduos pobres e vulneráveis nos últimos 15 anos, com diversas finalidades: reduzir a pobreza e a vulnerabilidade, além de melhorar a saúde, a educação e a segurança alimentar dos beneficiários. Embora a dimensão de gênero na proteção social tenha recebido pouca atenção até recentemente, cada vez mais evidências demonstram que os impactos desses programas não são neutros em matéria de gênero e que existe grande potencial de promoção da igualdade entre os sexos, quando as considerações sensíveis ao gênero são consideradas nas fases de concepção, implementação e avaliação.

Em um mapeamento recente dos programas de proteção social na África (CIRILLO; TEBALDI, 2016), em 18 Países de Baixa Renda (PBRs)¹ na região subsaariana,² quase todos os países dispunham de programas diversos que atendiam a diferentes grupos populacionais – geralmente, uma combinação de alimentação escolar, transferências de renda e/ou obras públicas. Este *Policy Research Brief* visa proporcionar uma visão geral das questões relacionadas ao gênero na concepção desses programas de proteção social, fundamentada em uma análise documental³ subsidiada por critérios de sensibilidade ao gênero na literatura especializada (HOLMES; JONES, 2010; ANTONOPOULOS, 2013; DE LA O CAMPOS, 2015; UN WOMEN; NEWTON, 2016; ODI, 2016). As principais características de concepção observáveis nos PBRs com base nessa análise são detalhadas na Tabela 1.

TABELA 1

Características de concepção por programas e países

Tipo de programa	Caraterística de concepção	Países
Programas de alimentação escolar	Marmitas para as meninas levarem para casa	Etiópia, Libéria e Mali
Transferência de renda	Ligações a serviços sociais e/ou capacitação	Etiópia, Libéria, Mali, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Togo e Zimbábue
	Transferências bancárias por meio eletrônico	Etiópia, Libéria, Madagascar, Níger, Ruanda e Senegal
	Preferência pelas mulheres ou cuidadores de crianças como recebedores das transferências	Guiné, Madagascar, Níger, Serra Leoa, Tanzânia, Senegal e Togo
Obras públicas	Cotas ou metas de participação das mulheres	Comores, Etiópia, Guiné, Libéria, Madagascar, Malauí, Moçambique, Níger, Ruanda, Serra Leoa, Togo e Uganda
	Tarefas diferenciadas por gênero, por exemplo, tarefas de menor intensidade física destinadas às mulheres	Etiópia, Guiné, Libéria, Moçambique, Níger, Serra Leoa e Uganda
	Instalações para crianças, ou inclusão de cuidados infantis como uma tarefa para os beneficiários	Etiópia, Guiné, Libéria, Moçambique, Níger, Togo e Uganda
	Horários de trabalho flexíveis para as mulheres	Etiópia, Moçambique, Libéria, Níger e Tanzânia

Quando se trata de considerar a perspectiva de gênero no desenho de programas de proteção social, é importante diferenciar entre as necessidades práticas e estratégicas de gênero. O primeiro conjunto de necessidades advém das experiências das mulheres, caracterizadas por sistemas injustos de divisão do trabalho com base em gênero. As necessidades estratégicas de gênero, por sua vez, surgem da subalternidade estruturalmente definida das mulheres em relação aos homens (MOLYNEUX, 1985; MOSER, 1989). Assim, é possível que tais características busquem tratar das necessidades práticas das mulheres, mas não consigam atender às suas necessidades estratégicas específicas de gênero. Por exemplo, nos programas de obras públicas, são disponibilizadas tarefas diferenciadas por gênero para atrair mais beneficiárias do sexo feminino. Contudo, geralmente, esse fato também reforça a divisão tradicional de trabalho fundamentada em gênero.

Também é importante destacar que a análise é limitada a uma avaliação das características de concepção do programa e pretende chamar a atenção para a questão de que, apesar de muitos programas terem sido planejados com uma concepção sensível ao gênero, esse fator não significa que sua implementação seguirá o mesmo caminho. Não obstante o foco principal desse documento nos PBRs, também são descritas experiências de Países de Renda Média-Baixa (PRMBs) e Países de Renda Média-Alta (PRMAs) da mesma região, proporcionando uma perspectiva regional mais ampla. Mais especificamente, este documento abrange os três tipos de intervenções identificados com maior frequência na região: programas de alimentação escolar, transferências de renda (condicionadas ou não) e de obras públicas.

2 Programas de alimentação escolar

Embora as diferenças de gênero no ensino primário e secundário tenham diminuído nos países africanos – de acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), entre 2005 e 2012, a proporção de meninas para meninos aumentou de 87 por cento para 91 por cento (BAD, 2015) –, a estimativa era de que menos de 70 por cento das mulheres jovens⁴ na África subsaariana alcançariam o nível de alfabetização básica até 2015 (UNESCO, 2015). Entre as diversas medidas para enfrentar as disparidades de gênero na educação, os programas de alimentação escolar são um tipo de intervenção de proteção social muito popular e presente em quase todos os países. Entende-se que tais programas tenham impactos positivos sobre as taxas de matrícula e frequência das crianças – especialmente das meninas. No entanto, a cobertura é menor nos PBRs, justamente onde esses programas são mais necessários (WFP, 2013; UNESCO 2015).

Os programas de alimentação escolar costumam oferecer os alimentos na escola/no local – nesse caso, a comida é entregue diretamente às escolas para consumo pelos alunos –, ou em marmitas para levar a comida para casa, ou mesmo uma combinação das duas modalidades. Um estudo recente sobre a influência dessas diferentes modalidades sobre a taxa de matrícula no ensino fundamental – principalmente das meninas – no contexto da África subsaariana concluiu que os programas de alimentação escolar, em geral, causam um aumento de cerca de 10 por cento no número de matrículas. No entanto, tal impacto varia com a modalidade do programa e o gênero do beneficiário. No primeiro ano de tratamento, a oferta de alimentos no local apresentou efeitos mais fortes nas séries iniciais do ensino

fundamental. Essa modalidade, conjugada com as marmitas para consumo em casa, mostrou-se eficaz depois do primeiro ano, especialmente entre as meninas que recebem esse benefício adicional (GELLI, 2015).

Cirillo e Tebaldi (2016) traçaram o perfil de 16 programas de alimentação escolar em 15 países africanos – desses, seis foram implementadas em PBRs.⁵ Pelo menos metade dos programas inclui refeições oferecidas no local, complementadas por marmitas para consumo domiciliar para as meninas (Etiópia, Libéria e Mali), visando promover a participação igualitária de ambos os sexos nos programas. Mais especificamente, o programa de alimentação escolar do Togo oferece refeições por meio do sistema existente de preparo e distribuição por “mulheres da aldeia” e por associações locais de pais e mestres (*Parent-Teacher Associations* – PTAs), com a estipulação de um valor fixo pela refeição que essas pessoas preparam.

3 Transferências de renda

Na África, os programas de transferência de renda têm grande foco nas crianças (CIRILLO; TEBALDI, 2016), com as mulheres adultas muitas vezes incluídas entre os beneficiários na qualidade de chefes de família e/ou mães/cuidadoras (DE LA O CAMPOS, 2015). Ao serem considerados todos os países da África subsaariana, esse mesmo estudo identificou cerca de 70 programas de transferência de renda, a maioria deles (cerca de 60) com transferência não condicionada.

Alguns programas combinam transferências não condicionadas e condicionadas com benefícios variáveis – que podem incluir um benefício básico não condicionado suplementado por transferências condicionadas a determinados resultados em educação e/ou saúde – ou limitam o emprego de condicionalidades às regiões com oferta adequada de serviços sociais. Nos casos em que as transferências são direcionadas às famílias pobres em geral (e os potenciais beneficiários compreendem vários grupos populacionais), as condicionalidades costumam ser aplicadas apenas às famílias com crianças. Uma alternativa a esse conceito são os programas que optam por “condicionalidades suaves” –, ou seja, corresponsabilidades estipuladas entre os implementadores dos programas e respectivos beneficiários, em que a conformidade não é punida – sessões de capacitação ou conscientização sobre os objetivos do programa. Além disso, pelo menos quatro programas exigem ou explicitamente incentivam o registro do nascimento de crianças beneficiárias,⁶ uma opção de desenho que – quando empregada de forma não excludente como um serviço complementar para os beneficiários – é considerada uma característica positiva por possibilitar às mulheres e às crianças acesso a serviços sociais (HOLMES; JONES, 2010).

Apesar de muitos dos programas focalizarem as famílias pobres e vulneráveis de modo geral, pelo menos 16 programas de transferência de renda fazem menção específica, em seus objetivos, a órfãos e/ou grupos afetados pelo HIV/AIDS, populações-alvo ou critérios de elegibilidade. Constatou-se que as transferências de renda dirigidas especificamente às crianças órfãs e vulneráveis são feitas, principalmente, às mulheres em domicílios chefiados por elas próprias. Esse fato aumenta o acesso e o controle sobre os recursos em seu poder (embora essa situação aconteça em

um contexto em que elas já controlam as escolhas de consumo da família) e também reforça as normas tradicionais de gênero que atribuem a responsabilidade de “cuidar”, primordialmente, às mulheres (FAO, 2015). Os perfis das transferências de renda direcionadas exclusivamente às pessoas com necessidades especiais⁷ ou idosas⁸ foram traçados apenas para os PRMBs e PRMAs da região.

Dos 24 programas de transferência de renda perfilados nos PBRs na região, 16 são transferências não condicionadas de renda, três são programas que conjugam benefícios condicionados e não condicionados e apenas cinco são transferências condicionadas de renda. A maioria desses programas é direcionada às famílias pobres/vulneráveis, podendo incluir membros com necessidades especiais, crianças órfãs e vulneráveis ou idosos, e procura fornecer aos beneficiários melhores condições de acesso a serviços de educação e saúde, bem como melhorar a situação nutricional das famílias beneficiárias. Pelo menos 10 PBRs buscam oferecer ligações a serviços sociais e/ou sessões de capacitação como medidas complementares aos programas de transferência de renda (ver Tabela 1). Cinco programas são dirigidos especificamente/exclusivamente às crianças;⁹ pelo menos sete dão preferência às mulheres como beneficiárias das transferências, visto que elas são consideradas as representantes da família e/ou as principais cuidadoras dos filhos. A maioria dos programas distribui o dinheiro aos beneficiários em pontos de pagamento pré-estipulados; pelo menos três programas usam telefones celulares para transferir os benefícios e pelo menos oito oferecem a opção de pagamento por meio de bancos ou instituições macrofinanceiras – segundo a literatura, essa última modalidade tem o potencial de facilitar o acesso das mulheres aos serviços financeiros (HOLMES; JONES, 2010).

4 Programas de obras públicas

Os programas de obras públicas podem melhorar a infraestrutura comunitária e aumentar a qualidade de vida das mulheres por meio da implementação de projetos relevantes às suas necessidades e que agilizam suas tarefas diárias. Nesse sentido, a literatura destaca os programas de obras públicas da Etiópia e da África do Sul, que incluem a construção de instalações de saneamento – como latrinas ecológicas –, a recuperação de terras comuns e projetos de plantio, reflorestamento e desenvolvimento de terras desertas. Em particular, no Programa Ampliado de Obras Públicas da África do Sul, há serviços de cuidados em suas ofertas de trabalho desde o início (ANTONOPOULOS, 2013; NEWTON, 2016).

A maioria dos 13 programas de obras públicas perfilados em PBRs na África subsaariana¹⁰ incorpora algum nível de consciência de gênero em sua concepção. Doze deles estipulam cotas (geralmente entre 30 e 50 por cento) ou metas explícitas de participação das mulheres.¹¹ O programa de Comores apresenta um componente que conecta mães e crianças pequenas localizadas em áreas de intervenção a serviços de nutrição. Após a identificação do baixo nível de participação das mulheres (cerca de nove por cento de todos os participantes), o Programa de Obras Públicas de Trabalho Intensivo (*Labour-Intensive Public Works* – LIPW) de Guiné realizou campanhas de conscientização e incluiu atividades “suaves” nas obras públicas – tradicionalmente, esse tipo de trabalho atrai mais trabalhadoras do sexo feminino. No entanto, a Libéria

também se propôs a incentivar a participação das mulheres em papéis produtivos não tradicionais. Sete programas também estipularam que serviços de assistência à infância poderiam ser oferecidos em estruturas, como creches no local e/ou por alguns dos beneficiários, com o intuito de incentivar a participação das mulheres. Horários de trabalho mais flexíveis também são uma disposição comum e sensível ao gênero dos programas de obras públicas. No Fundo de Ação Social da Tanzânia (*Tanzania Social Action Fund* – TASAF), as mulheres têm a possibilidade de trabalhar meio período.

O Programa de Rede de Segurança Produtiva (*Productive Safety Net Programme* – PSNP) da Etiópia é o segundo maior programa de obras públicas no mundo; seu manual de implementação contém várias disposições conscientes e sensíveis ao gênero (GOVERNO DA ETIÓPIA, 2014), tais como:

- apoio direto temporário: mulheres grávidas e lactantes e principais cuidadores (as) de crianças desnutridas podem receber a transferência sem o pré-requisito de participação em obras públicas;
- facilitação do encaminhamento (ligações) a serviços de saúde e nutrição para beneficiários do apoio direto temporário e também para as pessoas que participam das obras públicas – elas são incentivadas a participar de sessões de comunicação sobre mudanças de comportamento nutricional;
- promoção da igual participação das mulheres e homens nas estruturas de tomada de decisão;
- promoção da participação das mulheres em posições de liderança;
- restrição da carga de trabalho das mulheres a 50 por cento da carga de trabalho dos homens;
- atribuição de “trabalhos leves” para as mulheres; e
- instalações de acolhimento disponíveis para crianças em todas as obras públicas ou na comunidade.

No entanto, as avaliações do PSNP sugerem que, a despeito da existência de considerações de gênero na concepção do programa, sua implementação prática não conseguiu atender a todas essas disposições – há evidências de que os horários de trabalho flexíveis e os serviços de acolhimento para as crianças nem sempre são oferecidos. Os efeitos do programa também variam entre as famílias chefiadas por mulheres e por homens: por um lado, as mulheres chefes de família relataram dificuldades em conciliar a participação no programa com as demandas de casa (ODI, 2016). No entanto, as mulheres em famílias chefiadas por homens relataram falta de controle sobre as transferências recebidas pela família (NEWTON, 2016).

5 Conclusões

Este trabalho buscou contribuir com as pesquisas na área de gênero e proteção social, destacando alguns dos aspectos mais relevantes relacionados ao gênero de programas de proteção social em PBRs na África subsaariana. Os programas de alimentação escolar, de transferência de renda (incluindo

benefícios para crianças e pensões sociais e por invalidez) e de obras públicas são intervenções com o potencial de impactar positivamente a vida de homens e mulheres ao longo de todo o ciclo de vida. O número crescente de programas de proteção social na África é promissor, considerando-se que tais programas têm grande potencial de reduzir as diferenças de renda entre os gêneros e reverter a situação socioeconômica desvantajosa em que as mulheres se encontram.

Esses programas apresentam níveis distintos de consciência e sensibilidade de gênero nas respectivas concepções. Mesmo que a maioria das transferências de renda na região não esteja condicionada a um comportamento específico por parte dos beneficiários, muitos desses programas não se limitam à segurança de renda básica e também oferecem atividades educacionais específicas e/ou ampliam o acesso dos beneficiários aos serviços sociais, algo que é essencial para o empoderamento das mulheres. Alguns desses benefícios também são transferidos preferencialmente às mulheres (por definição), com o potencial de possibilitar acesso a serviços financeiros quando os pagamentos são realizados pela rede bancária ou por outros métodos semelhantes. Contudo, os programas de obras públicas também visam atrair beneficiárias por meio de cotas ou metas de participação de mulheres, tarefas diferenciadas por gênero, disponibilidade de cuidados infantis no local de trabalho e a possibilidade de trabalho com horário flexível.

A concepção dos programas é essencial para promover o empoderamento das mulheres; esta área é objeto de amplo debate no âmbito da proteção social. É importante salientar, no entanto, que, embora tais características de concepção procurem atender às necessidades práticas e de curto prazo das mulheres, as necessidades estratégicas das mulheres não serão plenamente atendidas sem um conjunto mais amplo de políticas que tratem das desigualdades multidimensionais a que elas estão sujeitas. De fato, algumas dessas características – por exemplo, a transferência dos benefícios diretamente para as mulheres – podem até mesmo reforçar as desigualdades tradicionais de gênero ao enfocarem apenas o papel das mulheres como mães ou esposas, e não são acompanhadas de outras medidas para empoderá-las, tais como ligações a sessões de capacitação e serviços que apoiem seu acesso ao mercado de trabalho. ■

1. Classificação com base em dados do Banco Mundial relativos ao Exercício de 2017, disponíveis em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>>.

2. O mapeamento incluiu programas dos seguintes países: Burquina Faso, Comores, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda e Zimbábue. Nesse mapeamento, não há informações dos países: Benin, Burundi, República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo, Eritreia, Guiné-Bissau, Somália e Sudão do Sul.

3. A análise documental tomou como base as referências listadas para cada programa em Cirillo e Tebaldi (2016).

4. “Por uma questão de consistência estatística entre as regiões, a ONU define “jovens”, como as pessoas entre 15 e 24 anos de idade, sem prejuízo de outras definições adotadas pelos Estados-Membros. Todas as estatísticas da ONU referentes aos jovens usam esta definição, como ilustram os anuários anuais de estatísticas sobre demografia, educação, emprego e saúde publicados pelas Nações Unidas” (UNESCO, 2016).

5. Etiópia, Libéria, Madagascar, Mali, Tanzânia e Togo.

6. Exemplos são o, Empoderamento da Subsistência conta a Pobreza (*Livelihood Empowerment Against Poverty – LEAP*) de Gana, o Programa Transferência de Renda Social (*Social Cash Transfer – SCT*) da Libéria, o *Programme National de Bourses de Sécurité Familiale (PNBSF)* do Senegal e o Programa de Transferência de Renda para Crianças Vulneráveis no Norte do Togo.

7. O Programa Transferência de Renda para Pessoas com Deficiências Graves (*Persons with Severe Disability Cash Transfer – PWS-DCT*), do Quênia, a Pensão Básica para Pessoas com Invalidez e Cuidadores de Maurício, o Benefício por Invalidez da Namíbia e o Benefício para Pessoas com Deficiência e Dependentes de Cuidadores da África do Sul.

8. A Pensão para Idosos (*Old Age Pension – OAP*) de Botsuana, a Transferência de Renda para Pessoas Idosas (*Older Persons Cash Transfer – OPCT*) do Quênia, a Pensão para Idosos (*Old Age Pension – OAP*) de Lesoto, a Aposentadoria Básica (Pensão Universal para Idosos) de Maurício, a Pensão para Idosos da Namíbia, o Regime de Segurança Social do Estado de Ekiti e o Regime para Idosos de Osum da Nigéria, o Benefício para Pessoas Idosa (*Older Persons Grant – OPG*) da África do Sul e o Benefício para Idosos da Suazilândia.

9. O Projeto-Piloto de Transferência de Renda de Nahouri (*Nahouri Cash Transfers Pilot Project – NCTPP*) de Burquina Faso, a Transferência de Renda para a Saúde, Nutrição e Educação da Guiné, a Transferência Condicionada de Renda (*Transfert Monétaire Conditionnel*) de Madagascar, a Transferência Condicionada de Renda para Crianças Órfãs e Vulneráveis do Senegal e o Programa de Transferência de Renda para Crianças Vulneráveis no Norte do Togo.

10. O Dinheiro por Trabalho (*Argent Contre Travail – ACT*) de Comores, o Programa Rede de Segurança Produtiva (*Productive Safety Net Programme – PSNP*) da Etiópia, o Programa de Obras Públicas de Trabalho Intensivo de Guiné, o Juventude, Emprego, Competências (*Youth, Employment, Skills – YES*) da Libéria, o Dinheiro por Trabalho (*Argent Contre Travail – ACT*) de Madagascar, o Programa de Melhoria da Subsistência através de Obras Públicas do Malauí, o Programa de Obras Públicas de Trabalho Intensivo de Moçambique, as Transferências de Renda para a Segurança Alimentar e Remuneração por Trabalho do Níger, o Programa Visão 2020 Umurenge (*Vision 2020 Umurenge Programme – VUP*) de Ruanda, a Remuneração por Trabalho de Serra Leoa, o Fundo de Ação Social da Tanzânia (*Tanzania Social Action Fund – TASAF*), III/Rede de Proteção Social Produtiva (*Productive Social Safety Net – PSSN*) da Tanzânia, o Obras Públicas com Trabalho de Alta Intensidade (*Travaux à Haute Intensité de Main d’ Œuvre*) do Togo e o Componente de Apoio aos Investimentos em Subsistência do Segundo 2 Projeto Fundo de Ação Social do Norte da Uganda (*Northern Uganda Social Action Fund Project – NUSAF*) de Uganda.

11. No programa de obras públicas de Madagascar, não foram identificadas cotas estipuladas no manual de implementação do programa, embora o manual afirme que as mulheres são priorizadas no processo de seleção de beneficiários (FID, 2015).

Referências:

AFRICAN DEVELOPMENT BANK (AfDB). *Africa Gender Equality Index 2015*. Abidjan: African Development Bank, 2015. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/African_Gender_Equality_Index_2015-EN.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Antonopoulos, Rania. 2013. "Expanding Social Protection in Developing Countries: A Gender Perspective." *Working Paper*, No. 757. Annandale-on-Hudson, NY: Levy Economics Institute of Bard College. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_757.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

CIRILLO, C.; TEBALDI, R. *Social Protection in Africa: inventory of non-contributory programmes*. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2016. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/eng/Social_Protection_in_Africa.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

DE LA O CAMPOS, A. P. "Empowering rural women through social protection." *Rural Transformations – Technical Papers Series*, n. 2. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4696e.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Qualitative research and analyses of the economic impacts of cash transfer programmes in Sub-Saharan Africa*. Synthesis Report. Rome: FAO, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4336e.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FONDOS D'INTERVENTION POUR LE DEVELOPPEMENT (FID). *Projet de Filets Sociaux Productifs Manuel des Opérations (Version provisoire)*. Antananarivo: FID, 2015. Disponível em: <<http://www.fid.mg/wp-content/uploads/2015/08/MANUEL-DOPERATIIONS-FSP-PROVISOIRE-Juillet-2015.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2016.

GELLI, A. School feeding and girls' enrollment: the effects of alternative implementation modalities in low-income settings in Sub-Saharan Africa. *Frontiers in Public Health*, May 20(3): 76, 2015. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26052509>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

HOLMES, R.; JONES, N. *How to design and implement gender-sensitive social protection programmes*. London: Overseas Development Institute, 2010. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/6262.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GOVERNMENT OF ETHIOPIA. *Productive Safety Net Programme Phase IV: Programme Implementation Manual*. Addis Ababa: Ministry of Agriculture, 2014.

MOLYNEUX, M. "Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua." *Feminist Studies* 11 (2): 227-254, 1985.

MOSER, C. O. N. "Gender planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs." *World Development* 17(11): 1799-1825, 1989.

NEWTON, J. *Making Social Protection Gender Sensitive for Inclusive Development in sub-Saharan Africa*. Leiden: INCLUDE Platform, 2016. Disponível em: <<http://includeplatform.net/wp-content/uploads/2016/01/INCLUDE-GRF-Newton-Making-Social-Protection-Gender-Sensitive.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE (ODI). *Women's work – Mothers, children and the global childcare crisis*. London: ODI, 2016. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/10333.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UNESCO. *Gender and EFA 2000-2015: achievements and challenges*. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002348/234809E.pdf>>.

_____. "What do we mean by "youth"?" *UNESCO website*. 2016. Acesso em: 1º out. 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UN Women. "Progress of the World's Women 2015-2016." *UN Women website*. 2015. Disponível em: <<http://progress.unwomen.org>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). *State of School Feeding Worldwide 2013*. Rome: WFP, 2013. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/13536/WFP_StateofSchoolFeeding2013_web.pdf?sequence=1>.

Esta publicação é parte do projeto apoiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID): "Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul".

As opiniões expressas neste resumo são dos autores e não necessariamente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou do Governo do Brasil.

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 13º andar

70076-900 Brasília, DF - Brasil

Telefone: +55 61 2105 5000

ipc@ipc-undp.org ■ www.ipc-undp.org

